



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO.
ASSESSORIA TÉCNICA

PROJETO BÁSICO Nº 8/ 2020 - A TEC

1. OBJETO

Contratação de serviço de empresa de notória especialização e natureza singular que promoverá aperfeiçoamento por meio do curso **Pós Graduação em Direito Contratual/CERS Pós Graduação**, no prazo de 6 (seis) meses, para o Sr. **CESAR OTAVIO RODRIGUES - Cel**, agente público militar, chefe da Assessoria Técnica do Hospital das Forças Armadas.

2. OBJETIVO

O objetivo principal do Curso é dotar os profissional de um conjunto de conhecimentos e técnicas que os permitam desempenhar com maior e ciência, eficácia e efetividade seu trabalho, oferecendo uma visão atual do Direito Contratual em seu aspecto normativo, enfatizando o aprendizado em disciplinas teóricas e práticas que tenham relevância na atuação profissional do aluno.

O intuito é que, ao final do curso, o participante seja capacitado para desenvolvimento de habilidades específicas na gestão jurídica pública, a partir de um enfoque interdisciplinar, para tomada de decisões corporativas com apoio técnico-jurídico.

3.FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A Assessoria Técnica utilizar-se-á desta contratação para proporcionar capacitação e aperfeiçoamento ao agente público militar, subsidiando de maneira escoreta o Comando Logístico do Hospital das Forças Armadas. Com a participação nesse evento, o profissional pode expandir o conhecimento em suas áreas de atuação, aplicar a teoria a diferentes cenários e obter uma formação global que valoriza o currículo. As demais empresas não apresentam nenhum curso com essa mesma finalidade, não podendo ter parâmetro de preço/hora, o que caracteriza a inviabilidade de competição.

B. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

O curso de Pós Graduação em Direito Contratual da CERS proporcionará uma formação acadêmica de excelência, habilitando o cursando para a atuação na advocacia consultiva como legal advisor (assessor jurídico), proporcionando maior desenvoltura profissional na tomada de decisões corporativas e capacitando-o a:

- Desenvolver visão estratégica e capacidades de gerenciamento e tomada de decisões jurídicas assertivas.
- Oferecer instrumentais, permitindo ao participante uma maior eficiência no processo decisório.
- Desenvolver a capacidade de analisar, estruturar e sintetizar as informações relacionadas à área jurídica.
- Desenvolver habilidades pessoais no universo do Direito Contratual.

Torna-se vantajoso para a Administração uma vez que a realização dessa contratação proporcionará ao agente público da A Tec o aprimoramento dos seus conhecimentos, garantindo assim maior eficiência na análise jurídica das diversas demandas judiciais que tramitam no Hospital das Forças Armadas, consequentemente economicidade aos processos administrativos e ao erário público.

C. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

O vínculo entre as necessidades desta contratação e os objetivos estratégicos foi estabelecido pela instância do planejamento organizacional, de acordo com o planejamento estratégico do HFA, estratégias essas viabilizadas por meio dos seguintes documento:

- I - Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- II - Portaria Normativa nº 70/MD, de 25 de novembro de 2016, que estabelece diretriz para o planejamento orçamentário e financeiro de diárias e passagens no âmbito do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, da Secretaria Geral do Ministério da Defesa, da Representação do Brasil;
- III - Regimento Interno do HFA; e
- IV - Plano Estratégico 2019/2022 do HFA, publicado no Boletim Interno nº 032/HFA, de 14 de fevereiro de 2019.

A presente contratação está em conformidade com o Plano Estratégico 2019/2022 e cabe ao Hospital das Forças Armadas permitir o gerenciamento e a transparência das ações de capacitação e aprimoramento, alcançando um número maior de servidores civis, empregados e militares, por meio do Plano Anual de Capacitação - PAC.

A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e II, e § 1º incisos I e II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o art. 7º, § 2º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

D. CRITÉRIOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E CULTURAIS ADOTADOS:

Em face da Instrução Normativa nº 1 de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, as empresas serão responsáveis pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos à reciclagem.

F. TIPAGEM DO SERVIÇO (COMUM OU NÃO) E SUA NATUREZA (SE CONTINUADO OU NÃO):

A natureza do serviço não é continuada por se tratar de evento com datas pré-definidas para começo e término.

G. INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO, SE FOR O CASO:

Trata-se de inexigibilidade de licitação, uma vez que se enquadra no art. 25 inciso II e § 1º c/c art. 13 inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, uma vez que se trata de contratação de empresa notoriamente especializada para ministrar cursos na área de Direito.

Justifica-se a realização da Inexigibilidade de Licitação pelo objeto enquadrar-se no artigo 25 inciso II e § 1º c/c artigo 13 inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, uma vez que trata-se de contratação de empresa notoriamente especializada e singular para ministrar cursos na área de Direito dos Contratos que torna inviável a competição.

As contratações inexigíveis que tenham o fundamento acima citado caracterizam-se pela inviabilidade de competição, a notória especialização e o objeto singular para que atendam os requisitos mínimos para a contratação. A esse respeito, tecendo comentários sobre treinamento e aperfeiçoamento, Antônio Carlos Cintra do Amaral entende que:

“Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art.13, VI, da mesma Lei nº 8666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. A singularidade reside em que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se:

- a) Experiência;
- b) Domínio do assunto;
- c) Didática;
- d) Experiência e habilidade na condução de grupos, frequentemente heterogêneos inclusive no que se refere a formação profissional;
- e) Capacidade de comunicação.

Como não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva. Vale dizer: também o serviço por ele prestado é singular (...).

A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de “menor preço” conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. (...) O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição.¹

(1. Amaral, Antonio Carlos Cintra. Ato administrativo, Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Malheiros Editores, 1995. p.110 – 111.).

A jurisprudência também segue este mesmo raciocínio: “Isso, porque cada possível instrutor tem características próprias, incomparáveis, como experiência anterior, currículo, áreas de especialização, publicações, etc. Como admitir que o menor preço possa ser um bom critério de escolha?” (Decisão TCU n. 439/98). “São tantas as variáveis que influem na definição do perfil ideal dos professores e instrutores adequados a cada caso, que dificilmente se pode defender a tese de que haja efetiva ‘viabilidade de licitação’ para formalizar tais contratos.” (Decisão TCU n. 747/97). Notória especialização, na compreensão de Hely Lopes MEIRELLES, é uma característica dos profissionais que, além da habilitação geral técnica e profissional, foram além em sua formação, participando de curso de especialização, pós-graduação, congressos e seminários, possuindo obras técnicas (livros e artigos) publicadas, além de participação constante na vida acadêmica. Somando-se a este requisito, vem a natureza singular do objeto, a qual também impede o estabelecimento de avaliações objetivas de competição entre os prestadores. Nesse sentido, serviço de natureza singular é aquele caracterizado por marca pessoal ou coletiva (quando realizado por equipe), que o torna individual quando comparado a outros.

H. REFERÊNCIAS A ESTUDOS PRELIMINARES:

Não se aplica.

4. ESPECIFICAÇÃO

4.1. Contratação de empresa de notória especialização e natureza singular que promoverá treinamento e aperfeiçoamento através do curso “**Pós Graduação em Direito Tributário**” para o agente público militar Cesar Otavio Rodrigues da Assessoria Técnica do Hospital das Forças Armadas.

Cronograma Previsto

Evento	Data	Carga Horária
Pós Graduação em Direito dos Contratos	1º Semestre de 2021 (6 meses)	360h/a

4.2. Pesquisa preliminar de preços (propostas das Instituições de Ensino que oferecem o Curso de Elaboração de Editais, Termo de Referência e Projeto Básico).

EMPRESA PROPONENTE	Nº DE INTEGRANTES DO HFA A SE CAPACITAR NO CURSO	VALOR TOTAL DAS INSCRIÇÕES	VALOR TOTAL
CERS	1	-	até 18 x R\$ 321,75 ou R\$ 5.110,09
Descomplica Cursos Online	1	-	12 x R\$ 109,90
Unyleya	1	-	12 x R\$

383,33 ou
R\$ 4.000,00

5. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE A SER CONTRATADA:

A Assessoria Técnica do HFA é setor estratégico responsável pela verificação da legalidade dos atos jurídicos e administrativos do Comandante Logístico.

Participará deste curso o Sr. **CESAR OTAVIO RODRIGUES - Cel**, chefe desta Assessoria, com intuito de aprimorar seus conhecimentos na área, atualizar, especializar e capacitar para dirigir o setor em questão, de acordo com o autorizado em lei.

O servidor/militar que participará deste curso se responsabilizará de atualizar os demais servidores da Assessoria Técnica.

A demanda da quantidade está em conformidade com o atual orçamento do Hospital das Forças Armadas.

6. REQUISITOS DOS SERVIÇOS E/OU MATERIAIS

Não há necessidade de requisitos específicos de habilitação a não ser o de regularidade jurídica e fiscal da empresa, previstos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

7. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Não se aplica.

8. ESTIMATIVA DE CUSTO DA CONTRATAÇÃO (MENSAL E ANUAL)

8.1. O custo total desta contratação está estimado em: **R\$ 5.110,09 (cinco mil cento e dez reais e nove centavos)**, conforme tabela abaixo, tomada como referência de proposta comercial:

Item	Descrição	Número de Participantes	Valor unitário à vista
01	Matrícula		-
02	Valor das 18 mensalidades	1	(18 x R\$ 321,75 = R\$ 2.250,00) ou 1 x de R\$ 5.110,09
Total:			R\$ 5.110,09

9. FORMAS DE PAGAMENTO

Não se aplica.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Após realizada pesquisa de mercado constatou-se, referente ao curso pretendido, para aquisição por compra direta, que não há demais cursos que se equivalem no quesito custo/benefício ao curso "**Pós Graduação em Direito Contratual da CERS**". As demais empresas não apresentam nenhum curso com essa mesma finalidade não podendo ter parâmetro de preço/hora nem viabilidade de ser realizado o curso em Brasília o que caracteriza a seleção do referenciado fornecedor.

11. PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO

11.1. A execução do contrato regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

11.2. O **Pós Graduação em Direito Contratual** da CERS está organizado a partir da oferta de 13 (treze) disciplinas, sendo 2 (dois) módulos de 6 (seis) disciplinas e 1 (um) módulo de 1 (uma) disciplina, perfazendo um total de 360 horas/aula, no prazo de 6 meses (seis meses).

11.3. As disciplinas serão oferecidas em meio virtual (à Distância).

12. GARANTIA

Considerando a discricionariedade concedida no "caput" do Art. 56 da Lei 8.666/93 será dispensada a exigência da garantia contratual.

13. PRODUTIVIDADE DE REFERÊNCIA

Não há uma produtividade de referência.

14. NECESSIDADE DE VISTORIA

Não há necessidade da realização de vistoria.

15. ORDEM DE SERVIÇO

Não há necessidade da utilização de ordem de serviço.

16. NÍVEL DE SERVIÇO (SOMENTE PARA SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA)

Não se aplica ao serviço solicitado.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão solicitadas pela Seção de Aquisições - HFA constantes do Orçamento Geral da União/2021.

18. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- 18.1 Comunicar a contratada quaisquer ocorrências sofridas, diligenciando para que as irregularidades ou falhas de execução sejam plenamente corrigidas;
- 18.2 Responder pelas consequências de suas ações e omissões;
- 18.3 Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, sendo permitida a participação de terceiros para prestar assistência ou informações pertinentes ao objeto contratado;
- 18.4 Cumprir e fazer cumprir as disposições do Contrato e da legislação que lhe for aplicável;
- 18.5 Levar ao conhecimento da contratada no prazo máximo de 24 horas, via e-mail, fax ou ofício, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para a adoção das medidas cabíveis.

19. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- 19.1 Prestar serviços com rigorosa observância das recomendações administrativas e legais aplicáveis ao objeto contratado;
- 19.2 Submeter-se à fiscalização do Contratante de modo irrestrito, obrigando-se a prestar todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento do objeto contratado;
- 19.3 Honrar suas obrigações contratuais, bem como manter as condições técnico-comerciais que lhe garantiram a presente contratação, de modo a não frustrar a execução do objeto contratado, devendo providenciar a regularização das eventuais pendências, no prazo indicado pelo contratante, sob pena de rescisão contratual;
- 19.4 Definir meios e recursos técnicos que devem se empregados na execução deste contrato;
- 19.5 Assumir a responsabilidade por danos causados direta ou indiretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte do contratante;
- 19.6 Levar ao conhecimento da contratante no prazo máximo de 24 horas, via e-mail, fax ou ofício, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para a adoção das medidas cabíveis.

19. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

O Gestor do Contrato acompanhará a execução do curso levando em consideração o plano de trabalho, o cronograma físico-financeiro e a fiscalização do contrato, bem como todas as obrigações da Contratada na execução do objeto constante nesse projeto básico.

20. CONTRAPARTIDA

A Contrapartida que ofereço é a prestação de meus serviços com mais qualidade enquanto perdurar meu contrato de PTTC, bem como repassar os conhecimentos adquiridos durante o curso aos subordinados da Assessoria Técnica.

Brasília - DF, 13 de outubro de 2020.

CESAR OTAVIO RODRIGUES - Cel

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel Inf (EB)
Ordenador de Despesa do Hospital das Forças Armadas



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Otavio Rodrigues, Chefe**, em 16/10/2020, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Kladson Taumaturgo Farias, Ordenador(a) de Despesas**, em 19/10/2020, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2803662** e o código CRC **8424282A**.